



25 a 28  
setembro  
2024  
Campus Central UEPG  
Ponta Grossa | PR



Explorando as Interseções das Inteligências  
Artificiais na Sociedade Atual

Realização:



Apoio:



## GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA NA SEGURANÇA PÚBLICA PELA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

## PUBLIC SERVICES MANAGEMENT: THE EXPERIENCE DEVELOPED IN PUBLIC SECURITY BY THE MILITARY POLICE OF THE AMAPÁ

### ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

André Luis Souza Marques de Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande, Brasil,  
andrecarvalho20@hotmail.com

João Francisco Garcia Reis, Instituto de Ensino de Segurança do Pará, Brasil, garcia36911@gmail.com

Flávia Regina Costa Czarneski, Universidade Federal do Rio Grande, Brasil, flavia.furg@gmail.com

### Resumo

O objetivo geral deste estudo é descrever a experiência desenvolvida pela Polícia Militar do Amapá (PMAP) através dos princípios da polícia comunitária na desarticulação da gangue GK2 (Gangue do Képe 2) da cidade de Macapá/AP, no ano de 1998. O trabalho realizado pela PMAP consistia em uma nova gestão de serviços na área de segurança pública sob a filosofia de polícia comunitária, que permitia a participação dos moradores, por meio de reuniões e debates sobre a incidência criminal, pontos críticos de iluminação, acompanhamento de estudantes na saída escolar, entre outros. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos, dentre outras fontes, que foram fundamentais para a construção deste artigo. A pesquisa mostra que a PMAP, diante de sua atuação, conseguiu reduzir os índices de criminalidade e violência pela metade na região em 1998.

**Palavras-Chave:** Serviços Públicos; Segurança Pública; Polícia Comunitária

### Abstract

The general objective of this study is to describe the experience developed by the Military Police of the Amapá (PMAP) through the principles of community policing in the dismantling of the GK2 gang (Képe's gang 2) in the city of Macapá/AP, in 1998. The work carried out by the PMAP consisted of a new management of services in the area of public security under the philosophy of community policing, which allowed the participation of residents, through meetings and debates on crime incidence, critical lighting points, monitoring of students leaving school, among others. To this end, a bibliographical research was carried out, based on books, monographs, articles, among other sources, which were fundamental for the construction of this article. The research shows that the PMAP, through its actions, managed to reduce crime and violence rates by half in the region in 1998.

**Keywords:** Public Services; Public Security; Community Police

## **1 INTRODUÇÃO**

A polícia comunitária, também chamada de polícia interativa, surgiu no Brasil na década de 80, em um cenário onde faltavam métodos e instrumentos de gestão para auxiliar as unidades da Polícia Militar a desenvolverem novos serviços públicos de prevenção com maior rapidez, qualidade e eficiência, baseado em uma nova parceria entre a população e a polícia, que visa melhorar a qualidade de vida local (Cerqueira, 2001).

Além disso, apresenta-se como uma filosofia e estratégia organizacional que cria uma parceria entre a população e a polícia, sendo que neste processo tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar coletivamente visando identificar, priorizar e resolver problemas atuais, tais como: a criminalidade, tráfico de drogas e desordens de naturezas diversas (Trojanowicz & Bucqueroux, 1999).

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é descrever a experiência desenvolvida pela Polícia Militar do Amapá (PMAP) através dos princípios da polícia comunitária na desarticulação da gangue GK2 (Gangue do Képe 2) da cidade de Macapá/AP, no ano de 1998.

Como problema de pesquisa, tem-se: “Quais as estratégias utilizadas pela Polícia Militar do Amapá (PMAP) na desarticulação da Gangue GK2”? É importante mencionar que a PMAP atuou a partir de uma parceria preventiva com a comunidade local, visando identificar e resolver problemas, buscando a integração de políticas e de serviços públicos na área de segurança pública.

Diante disso, a realização desta pesquisa justifica-se pela importância do trabalho que a PMAP desenvolveu junto à sociedade amapaense, uma vez que sua atuação reduziu consideravelmente a criminalidade no local, conforme aponta estudos e pesquisas contidos no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (Brasil, 2007).

Este artigo apresenta 5 capítulos. O primeiro é a Introdução, em que se explana sobre o tema, a justificativa, a questão da pesquisa e o objetivo. No segundo capítulo é apresentada Revisão de Literatura, em que são abordadas as questões referentes a polícia comunitária, no mundo e no Brasil. Já no terceiro capítulo tem-se os aspectos da Metodologia da Pesquisa. No quarto é descrito sobre o Contexto da Segurança Pública em Macapá em 1998 que explana sobre as estratégias da PMAP na desarticulação da gangue GK2. E por fim, no capítulo 5 as Considerações Finais sobre o tema.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

O capítulo se divide em 2.1 Polícia Comunitária e 2.2 Polícia Comunitária no Mundo e no Brasil, onde na primeira será explanado sobre os conceitos de polícia comunitária e na segunda será mostrado os modelos de polícia comunitária nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão e no Brasil.

### **2.1 Polícia Comunitária**

A polícia comunitária tem como base conceitual uma filosofia organizada e baseada na ideia de uma polícia prestadora de serviços públicos, com o objetivo de atingir o bem comum da comunidade na qual está inserida na formação de uma sociedade pacífica e em ordem (Machado, 2020; Sassada, 2023).

O policiamento comunitário se coloca como um serviço de natureza democrática, envolvendo um processo de articulação intersetorial e interinstitucional, que busca a integração das políticas públicas e dos serviços de segurança pública com o apoio dos atores públicos,

assim como o da comunidade, através de um processo caracterizado e distinto de capacitação e monitoramento ligado aos princípios constitucionais de controle e participação social (Beato, 2002; Trojanowicz & Bucqueroux, 1999).

Assim, o policiamento comunitário está centrado na ideia de trabalho participativo entre a polícia e o público, promovendo educação e respeito às leis com foco na prevenção de crimes e da violência como forma de encontrar soluções de curto, médio e longo prazos para os problemas sociais que impactam na sociedade (Beato, 2002).

De acordo com os conceitos e definições apresentados, a polícia comunitária representa o marco na mudança do conceito de força policial para serviços policiais, pois trata-se de uma polícia que trabalha orientada para proteger todas as pessoas da comunidade, buscando servi-las para construir uma vida social harmoniosa e tranquila. Trojanowicz (1994, p. 04) define polícia comunitária como:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crimes, drogas, medo de crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com objetivo de melhorar a qualidade geral de vida nessas áreas.

De fato, além de resolver os problemas da comunidade, essa filosofia atua preventivamente de forma a evitar o crime, empregando civis da comunidade, imputando-lhes uma ideia de que eles podem trabalhar em conjunto com a polícia nessa circunstância, que possui um conceito muito mais amplo que comunidade (Trojanowicz & Bucqueroux, 1999).

Para Cerqueira (2001), a base desta filosofia é a comunidade, para quem a polícia direciona seus esforços busca junto à comunidade, buscando compreender os seus anseios e as suas preocupações, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança. Com a ajuda do cidadão, a polícia passa a conhecer a sua realidade e diante disso atuar sobre ela.

Skogan (2003, p. 125), afirma que “o policiamento comunitário é um modelo de gestão participativo e democrático do público no policiamento”, enquanto para Reiner (2002, p. 101) “o policiamento comunitário deve ser visto como uma estratégia corporativa promissora para mudar os serviços, as responsabilidades e a estrutura organizacional das agências de polícia”. Neste contexto, a polícia comunitária procura formar uma aliança e um diálogo forte entre as comunidades e as forças policiais para que a sensação de segurança e a confiança da população no trabalho da polícia aumentem, através de uma maior participação de comunidades nas tomadas de decisão no âmbito da segurança pública.

Portanto, a proposta de polícia comunitária oferece uma resposta tão simples que parece ilusória, pois ela personaliza a polícia, e permite que se faça dela uma presença comum junto à comunidade na atuação conjunta para diminuir a criminalidade local através da prestação de serviço público.

## **2.2 Polícia Comunitária no Mundo e no Brasil**

A discussão acerca dos novos modelos para emprego operacional e jurídico das polícias acontece em um contexto mundial. Vários países têm-se mostrado insatisfeitos com as metodologias empregadas pelas suas instituições, fazendo com que aumente a discussão em todo o mundo. Diante disso, infere-se que a polícia comunitária é um instrumento essencial para que os órgãos de segurança estatais possam otimizar a polícia estadual na gestão do serviço público de segurança, reforçando o compromisso de se atuar em função do cidadão e da

sociedade, visando desenvolver um policiamento apoiado em parcerias entre a polícia e a comunidade. Este serviço público essencial é voltado para a melhoria da segurança pública e da qualidade de vida da população, através da identificação e resolução dos problemas que contribuam para o aumento da criminalidade e da violência.

Analisa-se que as experiências de policiamento comunitário têm apresentado duas vertentes, sendo uma positiva, em que os resultados diante da violência e criminalidade passaram a mostrar diminuição. A outra vertente faz alusão às experiências do policiamento comunitário em alguns países que não foram bem-sucedidas, devido a uma série de fatores como: resistência interna dos policiais, falta de apoio e continuidade de novos secretários e comandantes superiores, além das pressões da sociedade por respostas imediatas (Medeiros, 2008).

Ressalta-se que uma das temáticas atuais em segurança pública gira em torno do policiamento comunitário, sobre a qual tem sido divulgada a possibilidade de expandir essa discussão, uma vez que aproxima a comunidade das questões de segurança pública. Segundo Medeiros (2008), são muitas as ações de implementação do policiamento comunitário a nível mundial, pois as experiências internacionais incidiram nas agências policiais de diversos países.

Nos Estados Unidos (EUA), a ideia do relacionamento polícia e comunidade denominado polícia comunitária tiveram origem na década de 60, baseado no sistema de policiamento de quarteirão. Com o desenvolvimento social aumentaram-se os problemas sociais, obrigando assim as polícias a seguirem outros caminhos, sendo que um deles foi aparelhar os policiais com equipamentos e viaturas (Silva, 1990).

A partir dos relatos expostos por Trojanowicz e Bucqueroux (1999), é mencionado que as experiências de patrulhamento a pé que começaram nas cidades de Flint e Newark, simultaneamente, nos Estados americanos de Michigan e New Jersey. No entanto, algum tempo depois, as viaturas passaram a substituir o patrulhamento nos problemas de segurança, onde cada policial passou a se preocupar apenas com atendimento de chamadas.

Na década de 80, as polícias americanas estavam em processo de observação com relação a uma forma intermediária nos atendimentos, para tornar mais eficiente a proteção da população. De acordo com o estudo realizado, os pesquisadores responsáveis constataram que as metodologias aplicadas pelos policiais contribuíram para um resultado inesperado. A título de exemplo, ressalta-se que em Flint, estado de Michigan, foi adotado o policiamento a pé, direcionado para atender a comunidade, sendo que houve uma redução significativa nos índices de determinados crimes (Trojanowicz & Bucqueroux, 1999).

O policiamento comunitário americano, segundo Medeiros (2008) destacou-se a partir do Programa “Tolerância Zero” realizado na cidade de Nova Iorque, que ajudou na divulgação dos princípios teóricos do modelo comunitário para o mundo inteiro, apresentando uma filosofia fundamentada na proteção da sociedade como um todo, definindo com clareza os verdadeiros problemas, identificando as reais causas, a fim de estabelecer procedimentos adequados de acordo com a realidade de cada comunidade. O Programa exige a participação integrada de todos os órgãos públicos locais, fiscalizados pela comunidade. Não é uma ação apenas da polícia. A cidade que implementou este Programa com destaque foi Nova Iorque que, devido o excepcional gerenciamento, reduziu em quase 70% a criminalidade na cidade (Medeiros, 2008).

No Canadá, Peres (2004) explica que o entendimento de participação comunitária no Canadá está bem presente em todos os organismos policiais do país, e apresenta afinidades ao

sistema americano de polícia, que são municipais. Lá ocorreu uma grande redução dos índices de violência e criminalidade, pois o policiamento comunitário não concorda com a violência.

Algumas forças policiais canadenses adotaram a estratégia de policiamento de grupos fundamentados em zonas ou bairros, pois em algumas cidades canadenses, como Montreal e Winnipeg, as patrulhas eram realizadas a pé, com objetivo de se aproximar das comunidades (Medeiros, 2008).

A Real Polícia Montada do Canadá (RCMP) coordena os trabalhos das polícias canadenses, estabelecendo normas padrões e treinamento em todo o país. A estrutura policial e seus serviços são todos voltados para o emprego da polícia comunitária. Conforme Marcineiro e Pacheco (2009, p. 13) afirmam “o modelo das polícias canadenses é descentralizado, pois a maioria dessas polícias é municipal, e todas desenvolvem os serviços de policiamento e investigação de forma integrada”.

Já no Japão foi implementado o sistema de postos policiais “KOBAN”, que são pequenas estações localizadas em pontos estratégicos, sendo que os policiais geralmente moram junto a estes postos, e essa aproximação os torna membros familiarizados com a comunidade. E apesar da maior parte da literatura destacar os americanos como os fundadores desse modelo, Skolnick e Bayley (2002) ressaltam que o modelo de policiamento comunitário japonês é avaliado como o mais antigo do mundo, além de ser o mais bem praticado e constituído entre todos os países que adotam a filosofia de polícia comunitária.

De acordo com Silva (1990), a polícia japonesa diferencia-se pelo fato de sua atuação envolver as visitas às residências, ao comércio e aos negócios em geral, sendo que atualmente o sistema policial japonês é baseado em uma polícia local, ligado às prefeituras que diariamente tem autonomia operacional e administrativa.

Por sua eficácia na prevenção de delitos, que são considerados um dos mais baixos índices do mundo, alcançou reconhecimento junto à população, que de fato se sente segura. Com isso, ocorreu um crescimento no número de países que passaram primeiramente a estudar para que em seguida pudesse implantar a experiência japonesa (Silva, 1990).

Seguindo estas ideias basilares, a polícia japonesa descentralizou suas bases de segurança em bases comunitárias de segurança, passando a funcionar 24 horas por dia. Nesse processo, o policial passa a trabalhar no horário de expediente, efetuando suas rondas fardados. Na ausência do policial, sua esposa poderá auxiliar em suas atividades, atendendo ao rádio, telefone, telex e as pessoas, sem que, para isso, seja vista como funcionária do Estado, mas essa sua atividade possibilita ao marido policial o recebimento de uma vantagem salarial.

No Brasil, o modelo de policiamento comunitário nasceu nos anos 80 a partir de uma grande transformação social que culminou com a Constituição de 1988, período em que o povo brasileiro protestava por paz e segurança em busca de uma segurança pública de qualidade e de uma polícia mais responsável, de acordo com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 – CF/88 (Medeiros, 2008).

Diante disso, Beato (2002, p. 117) contribui afirmando que “a Polícia Comunitária foi introduzida no Brasil nos anos 80, tendo como principal precursor e defensor o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira da Polícia Militar do Rio de Janeiro”, a ideia introdutória de transformações na forma de atuação das Polícias Militares junto às comunidades passou a existir junto com o processo de abertura política, especificamente no Rio de Janeiro em 1984/85, no período de governo de Leonel Brizola.

A introdução do conceito de polícia comunitária aconteceu juntamente com o período de abertura democrática e com a Constituição Federal de 1988, quando esta passou a regulamentar dois elementos constitutivos básicos do conceito de cidadania, sendo estes a democracia e a participação popular (Zaverucha, 2005).

Em 1991, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) agenciou o primeiro congresso de Polícia e Comunidade. No entanto, ela manteve a filosofia de policiamento comunitário somente no que se refere à distribuição de seus carros de patrulha em determinados setores geográficos, ou seja, concentrou apenas o patrulhamento de áreas geográficas, não aplicando efetivamente as questões relativas à descentralização de comando, maior autonomia ao policial de ponta e melhoria das relações com a comunidade através de contatos com comerciantes ou visita a moradores.

O modelo adotado pela PMESP não teve como objetivo a criação de condições para que se começasse um processo de descentralização e de maior poder de decisão para os policiais abrangidos nas atividades de policiamento ostensivo, contrariando uma das principais ideias da filosofia do policiamento comunitário.

No ano de 1993, inicia-se um projeto piloto de policiamento comunitário na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), mais especificamente no bairro de Copacabana, que acabou por não obter resultados positivos, pois houve a tentativa de mudar toda uma lógica cultural dentro de uma instituição sesquicentenária, autoritária e com inúmeros problemas estruturais e de natureza contrária às inovações na forma de agir (Muniz, 1997).

Muniz (1997) declara que uma das dificuldades enfrentadas no processo de instalação da filosofia de policiamento comunitário na PMERJ foi à lógica do “combate ao crime”, ou a política de ocupação de morros, este sim era aceito como trabalho “verdadeiramente” de polícia, indo totalmente de encontro com os princípios da polícia comunitária.

A participação popular é vista como um fator importante na implantação da filosofia de polícia comunitária, sendo este talvez o principal. Todavia, alguns estudos indicam um entendimento equivocado do que vem a ser essa participação por parte das instituições policiais. As participações nos conselhos comunitários de segurança são acompanhadas, na maioria dos casos, de aspirações políticas futuras e é entendido como um local de arrecadação de fundos para a manutenção dos postos policiais, compra de refeições para os funcionários e até mesmo de combustível para os veículos de patrulha (Neves, 2005). Ainda sobre a efetividade da participação popular e da efetividade dos programas de polícia comunitária no Brasil, Kahn (2007, p. 94- 95) afirma que:

A polícia e os outros órgãos públicos, neste caso, podem ajudar a recuperar a vizinhança e torná-la novamente funcional. Mas o que a polícia pode fazer numa favela? Trata-se de uma área ainda por construir e com pouca coisa para ser revitalizada. A teoria das janelas quebradas funcionaria num contexto como esse? Ou que tal a adoção do policiamento comunitário em áreas dominadas por traficantes fortemente armados e que atiram granadas na polícia? As pesquisas de vitimização europeias estão preocupadas com “furto de bicicletas”, enquanto no Brasil é possível captar até mesmo violência policial por meio desses levantamentos, dada a incidência do fenômeno. Programas de vigilância de bairro e vários outros pressupõem muitas vezes uma sociedade civil organizada, num nível que raramente se encontra entre os cidadãos brasileiros.

É neste contexto de uma sociedade extremamente dividida, com uma concentração de renda altíssima e com disparidade social enorme, que os governos estaduais tentam implantar

uma filosofia de polícia comunitária que foi desenvolvida em outros países com um nível de desenvolvimento bem à frente do Brasil.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

O propósito mais amplo desta pesquisa é contribuir para a discussão acerca de um estudo bibliográfico sobre o trabalho desenvolvido pela polícia comunitária no Amapá, mais especificamente na experiência desenvolvida pela PMAP, em 1998. Sendo assim, os procedimentos metodológicos necessários à realização deste trabalho partiram de uma pesquisa bibliográfica, que para Severino (2007, p. 122) é “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses, etc”.

O estudo bibliográfico é o suporte teórico do pesquisador, que utiliza material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com materiais disponibilizados na Internet. Ressalta-se que a pesquisa se apresenta como uma estratégia de investigação, pois o levantamento bibliográfico consiste basicamente na recuperação dos dados impressos ou dos arquivos eletrônicos (Severino, 2007).

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. Sobre a habilidade do pesquisador para realização da pesquisa bibliográfica, Eco (2008, p. 42) ressalta que:

Organizar uma bibliografia significa buscar aquilo cuja existência ainda se ignora. O bom pesquisador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca [e/ou consultar uma base de dados] sem ter a mínima ideia sobre um tema e sair dali sabendo um pouco mais sobre ele.

Nessa mesma linha, os resultados obtidos por intermédio da pesquisa bibliográfica auxiliaram no desenvolvimento de todas as fases e instâncias da investigação empreendida, pois este tipo de pesquisa elege uma problemática de pesquisa e, a partir disso, estabelece um escopo para ser pesquisado na literatura (Eco, 2008).

A pesquisa bibliográfica requer atenção, disciplina, sistematização e aprofundamento por parte do pesquisador. Dessa forma, é necessário que o pesquisador estabeleça os limites da pesquisa, definindo claramente o problema de pesquisa, os fenômenos e o contexto a ser pesquisados.

Portanto, a pesquisa bibliográfica envolve os dados que serão apresentados a partir das distintas concepções, os fundamentos, as correntes teóricas, os autores mais importantes, bem como posicionar-se claramente em relação a cada um deles sobre a temática em questão.

### **4. CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MACAPÁ EM 1998**

Macapá é a capital e maior cidade do estado do Amapá, localizando-se no sudeste do estado, sendo considerada a única capital brasileira a não possuir interligação por rodovia a outras capitais. O referido município é cortado pela Linha do Equador, sendo que se localiza às margens do rio Amazonas. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2022 revelam que a população da cidade é de 442.933 habitantes, sendo a 52ª cidade mais populosa do Brasil e a 5ª cidade mais populosa da Região Norte. Atualmente, pouco mais de 60% da população do estado vive em Macapá, onde esta passa por um momento de

crescimento tanto econômico quanto populacional, o que vem mudando o seu cenário e atraindo investimentos externos para o Estado.

Porém no ano de 1998, o contexto era muito diferente, pois a cidade sofria com a violência de gangues como, por exemplo a gangue GK2 que era chefiada por Eliseu dos Santos Almeida ao qual essa gangue era considerada pela sociedade macapaense daquela época como a mais violenta do município e causava terror nos moradores dos bairros do Perpétuo Socorro, Cidade Nova 1 e Cidade Nova II, pois seus integrantes tinham uma faixa etária de 20 anos e com diversas passagens pela polícia por roubo, extorsão e agressão, na qual os integrantes da gangue tinham o punhal como arma predileta.

Ressalta-se que a violência desenfreada causada pelos integrantes da gangue era estimulada devido às péssimas condições de vida dos moradores dos bairros, que eram considerados historicamente marginalizados e abandonados, pois segundo Skolnick e Bayley (2002, p. 67) “as condições sociais como renda, desemprego, população e heterogeneidade social, são indicadores muito mais importantes de variação nas taxas de crime e de resolução de crimes”. Segundo Brasil (2002, p. 47):

Os membros da GK2 usavam a ponte como fonte de renda, cobrando pedágios dos usuários. Quem não pagasse – e os critérios cobrados eram aleatórios – ou simplesmente fosse considerado *persona non grata* pela gangue – era agredido e atirado ao canal. Além da surra, a vítima sofreria com as pedras situadas embaixo da ponte e com a sujeira da pouca água que restava no canal durante a maré baixa. Água que, além de conter o esgoto, era contaminada pelo lixo da feira – barrigadas de peixe, frutas e verduras apodrecidas.

O alvo da gangue GK2 era a Feira do Pescado e parte do bairro Perpétuo Socorro, localizado no centro comercial do bairro Perpétuo Socorro às margens de um canal (igarapé) que está ligado ao rio Amazonas. Os comerciantes na época não estavam imunes aos furtos, assim como depredações ou pichação de seus estabelecimentos comerciais (Brasil, 2002).

O policiamento não supria a demanda social do local, não conseguindo diminuir os altos índices de violência, pois a comunidade clamava por uma intervenção do poder público para que aquela situação viesse a melhorar, visto que viviam em condições subumanas (Brasil, 2002).

O processo de desarticulação da Gangue GK2 iniciou-se com a criação dos Anjos da Paz, na qual faziam parte os mesmos integrantes da gangue mais violenta de Macapá. Evidencia-se que esse processo se deu através de infiltração do Soldado Ailton Cardoso Chaves na Gangue GK2, com objetivo de ganhar a confiança pouco a pouco de cada um dos seus integrantes por meio do diálogo e da “catequização social”, isto é, alertando os jovens para os constantes e crescentes riscos que a persistência no crime acarretava para suas vidas (Brasil, 2002).

A partir dessa aproximação, segundo Brasil (2002, p. 39) aconteceu “a conversão de Eliseu e seus colegas, de marginais em defensores da ordem, é a parte mais visível de uma transformação que começou em setembro de 1998”, período em que a Polícia Militar do Estado do Amapá criou juntamente com outros órgãos estaduais a polícia interativa e de Segurança Social, conhecida pelos moradores do bairro Perpétuo Socorro como polícia comunitária.

#### **4.1 A conversão da GK2 para os Anjos da Paz**

Com o surgimento da polícia interativa, através de um programa da PMAP, o Soldado Ailton Cardoso Chaves revelou quais eram os seus propósitos ao se aproximar da gangue.

Desde o início, no entanto, teve o apoio incondicional do introdutor do conceito de polícia interativa em Macapá (ou polícia comunitária como é chamado em outras regiões do País), o capitão Francisco dos Santos Costa (Brasil, 2002).

O Capitão Francisco dos Santos Costa foi o primeiro comandante da polícia interativa do bairro Perpétuo Socorro, que buscou valorizar a conversão das gangues para o trabalho social. Ressalta-se que esse programa foi responsável pela ressocialização de muitos jovens que hoje atuam como pessoas de bem na sociedade amapaense. De acordo com Brasil (2002, p. 40):

Levar a polícia até a comunidade e trazer a comunidade até a polícia foi o maior desafio em Perpétuo Socorro, segundo o capitão Francisco dos Santos Costa, o primeiro comandante da polícia interativa no bairro. Para isso, ele dispunha de um efetivo muito reduzido de policiais, que tiveram que ser adaptados a nova filosofia de trabalho.

Dessa forma, para trazer a comunidade até a polícia foi necessário cumprir todas as etapas de um longo e tranquilo trabalho de aproximação com os moradores do bairro Perpétuo Socorro, visando a quebra de resistência e de conquista da sua confiança, norteado pelos princípios da polícia interativa.

O Soldado Cardoso relatou que a maioria das pessoas não acreditava que o trabalho fosse dá certo, mas estava confiante e que o diálogo era a melhor arma para se resolver conflitos. E logo que foi transferido para o Batalhão de Polícia Interativa do bairro Perpétuo Socorro, Cardoso mudou-se para o bairro com a família, pois reconheceu que preciso conviver com a comunidade para entendê-la e, assim, agir eficientemente para o bem dela (Brasil, 2002).

A atuação de Cardoso deu-se com muita coragem e humanidade na época em que se infiltrou na gangue GK2 para tentar ajudá-los a sair do mundo da criminalidade, dando para os jovens da época um momento de escolha, situação essa que além de inseri-los novamente na sociedade, também deu para os moradores do bairro Perpétuo Socorro a tranquilidade e a segurança que tanto almejavam (Brasil, 2002).

Segundo Brasil (2002, p. 39), após a conversão dos Anjos da Paz, Eliseu, o líder da gangue GK2 passou a ser “coordenador dos Anjos da Paz, [...] entre outras funções, cumpre a missão de zelar pela segurança da Feira do Pescado”, local antes aterrorizado por ele e seus colegas.

Eliseu, como os demais cinco integrantes do Anjos da Paz, passaram a viver exclusivamente do salário pago pelos comerciantes da Feira do Pescado, que no período era cerca de R\$ 800,00 mensais, pois com esse dinheiro sustentava a família composta pela mulher e dois filhos (Brasil, 2002).

O trabalho do ex-líder da GK2, além de ser segurança do local, dedicava parte do dia às atividades comunitárias do Anjos da Paz, que acolhia cerca de 26 (vinte e seis) rapazes e moças em situação de risco que, através de cursos, recebiam desde lições de higiene pessoal a aulas de informática, além de participarem dos cursos de francês (o Estado do Amapá faz fronteira com a Guina Francesa e o intercâmbio cultural entre os dois vizinhos é intenso), assim como os trabalhos manuais de serigrafia e grafite que são expostos como exemplo do trabalho realizado pelos integrantes do Anjos da Paz (Brasil, 2002).

Diante dos fatos, analisa-se a ressocialização dos membros de uma gangue e a sua inclusão na sociedade de forma digna e honrada. Fatos como esses que se concretizaram através

do Projeto Anjos da Paz, o qual resgatou jovens delinquentes em risco social, inclusive com o retorno aos estudos e com o sonho de ingressar em um curso universitário (Brasil, 2002).

#### **4.2 Estratégias Utilizadas pela PMAP na Desarticulação da Gangue GK2**

As estratégias da filosofia de polícia interativa seguem os mesmos princípios da polícia comunitária, que apresenta um caráter preferencialmente preventivo, pois ressalta-se que as estratégias visam não apenas reduzir o número de crimes, mas também reduzir o dano da vítima e da comunidade e modificar os fatores ambientais e comportamentais (Medeiros, 2008).

A proposta da polícia interativa implica em uma mudança de paradigma no modo de ser e de estar a serviço da comunidade e, conseqüentemente, em uma mudança de postura profissional perante o cidadão. Diante do exposto, Cerqueira (2001, p. 23) relata que a estratégia adotada pela polícia interativa parte do “controle e a prevenção do crime como o resultado da parceria articulados com os recursos comunitários”, que passaram a ser considerados instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade.

O novo modelo de gestão do serviço público de policiamento resultou na diminuição surpreendentemente rápida dos índices de criminalidade nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II. A queda foi visível já no início do funcionamento da polícia interativa: antes de sua instalação, a região registrava a média mensal de mais de 400 ocorrências, entre homicídios, furtos, roubos e agressões (Brasil, 2007)

A partir da implantação da polícia interativa, três meses depois, esse índice baixou para 202 ocorrências, mantendo-se estável. Diante disso, a partir desse policiamento, a qualidade de vida da população dos três bairros melhorou muito, com o desenvolvimento de vários projetos sociais mantidos em conjunto com a polícia interativa: monitores mirins, cursos de computação, português e francês; atividades esportivas (futebol de salão, voleibol e capoeira) realizadas em escolas e na sede da polícia interativa; e o projeto do grupo Anjos da Paz (Brasil, 2007).

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, constata-se que a polícia comunitária busca alternativas para tentar reduzir a violência e a criminalidade com o apoio da comunidade na identificação, priorização e soluções dos problemas relativos à segurança pública da sociedade. Sendo a parceira polícia e comunidade o ponto principal da filosofia de polícia comunitária.

No modelo de polícia comunitária, desenvolve-se em um trabalho de parceria polícia e comunidade ao qual visa superar as dificuldades e buscando soluções para a melhor qualidade de vida em sociedade, levando em consideração os princípios seguidos pela polícia comunitária.

A pesquisa realizada mostra que com a implantação da polícia comunitária (polícia interativa) no município de Macapá, especificamente nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II, os resultados foram admiráveis, pois a partir do trabalho realizado pela polícia, o índice de criminalidade no bairro teve uma redução praticamente pela metade já no início do funcionamento da polícia interativa: antes de sua instalação, a região registrava a média mensal de mais de 400 ocorrências, entre homicídios, furtos, roubos e agressões, caindo pela metade, aproximadamente.

E como foi explanado, após três meses de trabalho intenso pela polícia interativa, a queda nos índices de ocorrência foi possível em decorrência da presença policial nas ruas, onde a comunidade passou a colaborar maciçamente dialogando com os gestores da PMAP, em especial o Capitão Francisco dos Santos Costa e tendo o Soldado Ailton Cardoso Chaves colocado em prática as ideias da polícia comunitária, onde teve que interagir com os membros

da gangue GK2 e assim ganhar a confiança dos jovens delinquentes. Outra estratégia desenvolvida pela polícia foi o patrulhamento a pé, o que permitiu uma maior interação entre a comunidade e os policiais.

Nesse sentido, foi mostrado nesta pesquisa os tipos de estratégias utilizadas pela polícia interativa nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II, no município de Macapá e que, a partir de sua atuação, foi possível a desarticulação de uma das gangues mais temidas e violentas da capital amapaense.

Portanto, a implantação da polícia comunitária nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II foi de suma importância para amenizar os índices de violência e criminalidade que atingia a comunidade. Diante disso, a realização deste estudo é de grande relevância para a Polícia Militar do Estado do Amapá, bem como para a sociedade, que comprova a partir do trabalho realizado pela polícia comunitária a eficiência do trabalho junto à comunidade.

Por fim, este artigo possibilitará a ampliação de pesquisas nesse tema como também servirá de referência para pesquisadores que queiram se aprofundar no contexto na implantação da polícia interativa em Macapá, em especial a polícia comunitária nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II. Importante ressaltar que esta pesquisa se limitou ao estudo para o qual foi proposto e que novas pesquisas buscarão ampliar os conhecimentos explanados neste artigo.

## REFERÊNCIAS

- Beato, C. C. (2002). *Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário*, Crisp.
- Brasil (2002). *Policiamento comunitário*, Senasp.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Policiamento comunitário*, Senasp.
- Cerqueira, C. M. N. (2001). *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. Coleção Polícia Amanhã – Textos fundamentais de polícia do Instituto Carioca de Criminologia, Freitas Bastos.
- Eco, U. (2008). *Como se faz uma Tese*, 21ª. ed., Perspectiva;
- Kahn, T. Obstáculos às Políticas de Segurança na América Latina, *Revista São Paulo em Perspectiva* (21:1), pp. 92-95, 2007. (available at <http://www.seade.gov.br>).
- Machado, A. M. R (2020). *Polícia comunitária: boas práticas na gestão da segurança pública*, Spazio Itália.
- Marcineiro, N., & Pacheco, G. C. (2009). *Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*, Insular.
- Medeiros, G. P. (2008). *Polícia comunitária: um estudo de caso da experiência do polo de gestão comunitária, no bairro da Pratinha*, Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.
- Muniz, J. O. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 1997.
- Neves, P. S. C. Qual polícia para qual sociedade: o policiamento comunitário em Sergipe, *Cadernos do CRH/UFBA* (18:45), 2005.
- Peres, J. C. A. (2004). *Policiamento comunitário*, Polost.
- Reiner, R. (2002). *Processo ou produto: problemas de avaliação do desempenho policial individual*, Edusp.

- Sassada, R. (2023). *Polícia comunitária: uma jornada de transformação*, v. 1, Lux.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*, Cortez.
- Silva, J. (1990). *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*, Forense.
- Skogan, W. G. (2003). *Participação da comunidade e policiamento comunitário: parte II*, Edusp.
- Skolnick, J., & Bayley, D. (2002). *Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo*, Edusp.
- Trojanowicz, R. (1994). *Policiamento comunitário: como começar*, PMERJ.
- Trojanowicz, R., & Bucqueroux, B. (1999). *Policiamento comunitário: como começar*, PMERJ.
- Zaverucha, J. (2005). *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*, Editora Record.